

"Executivo legisla em excesso", afirma Renan

Presidente do Senado, Renan Calheiros, voltou a defender novas regras para edição e tramitação de medidas provisórias. Ele disse no Superior Tribunal de Justiça que, pelo rito atual, o Executivo legisla em excesso "por via atípica".

Página 2

Aborto e união gay, temas de plebiscito

Questões como união civil entre pessoas do mesmo gênero, legalização do aborto e redução da maioria penal podem ser objeto de consulta à população. O projeto está na Comissão de Justiça.

Página 7



REFORMA José Jorge (E) e Eduardo Cardozo, relator e presidente da comissão do Judiciário

Regulamentação busca celeridade do Judiciário

Comissão especial de senadores e deputados deve elaborar, em 180 dias, projetos de lei necessários à regulamentação da reforma do Judiciário.

Página 3



PAUTA Depois de votar a medida provisória que reajusta as tabelas do IR, os senadores terão de examinar sete propostas de emenda à Constituição

Plenário pode votar hoje aumento nas tabelas do IR

O Plenário do Senado deve votar, hoje, o aumento de 10% na faixa de rendimentos isenta do pagamento do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) ou desconto na fonte, e um reajuste, também de 10%, na tabela de deduções. A partir do ano-base 2005, estarão isentos do IR os rendimentos mensais até R\$ 1.164,00 e anuais até R\$ 13.968,00.

A votação da medida provisória que trata do assunto estava prevista para a sessão plenária de ontem, mas, como a maior parte da sessão foi utilizada para um debate entre governistas e oposição em torno da responsabilidade fiscal,

os líderes partidários concordaram em transferir a pauta para hoje.

Serão elevadas automaticamente as parcelas a serem deduzidas dos rendimentos acima do limite. Na faixa de R\$ 1.164,01 a R\$ 2.326,00, que tem alíquota (desconto) de 15%, a parcela a deduzir do imposto foi reajustada para R\$ 174,60 mensais ou R\$ 2.095,20 anuais. Na faixa acima de 2.326,00, que tem alíquota de 27,5%, a parcela a deduzir foi reajustada para R\$ 465,35 mensais ou R\$ 5.584,20 anuais. Também foi reajustado para R\$ 1.164,00 o limite de rendimentos para isenção de quem recebe aposentadoria.

Senado debate lei que controla os gastos públicos

Oposição acusa Executivo de descumprir Lei de Responsabilidade Fiscal. Líder diz que governo é rigoroso com Orçamento

Os cinco anos da Lei de Responsabilidade Fiscal foram lembrados ontem no Plenário do Senado. Os líderes do PFL, José Agripino, e do PSDB, Arthur Virgílio, acusaram o governo federal de não cumprir a lei que disciplina os gastos públicos. Com números, o líder do governo, Aloizio Mercadante, refutou os argumentos da oposição. Garantiu que o governo vem

se pautando pela seriedade na execução orçamentária, pré-requisito para a sustentabilidade do crescimento econômico. Antonio Carlos Magalhães disse que os números apresentados pelo líder do governo não correspondem à verdade. Papaléo Paes cobrou transparência na demonstração do cumprimento das metas fiscais do Executivo em todos os níveis.

Página 5



Geraltio Magela

A crise vivida pelos municípios foi analisada ontem pelo presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski (à esquerda, ao lado do senador Garibaldi Alves). Ele foi um dos primeiros depoentes da recém-criada subcomissão do Senado encarregada de assuntos municipais.

Página 4

Instalada comissão para reformar o regimento

O senador Marco Maciel a reforma do Regimento Interno do Senado. O relator é com a finalidade de estudar o senador Tião Viana.

Página 6



APARATO "O governo do estado desativa estruturas policiais em vez de aperfeiçoá-las", critica Osmar Dias

Osmar alerta para crescimento da violência no PR

O senador Osmar Dias (PDT-PR) alertou ontem, em Plenário, para o crescimento dos índices de violência no estado do Paraná. Ele relatou que a Polícia Civil ameaça entrar em greve e lembrou que o grupo Águia da Polícia Militar foi desativado recentemente pelo governador do estado, Roberto Requião.

– O próprio governo desativa as estruturas policiais em vez de aperfeiçoá-las e utilizá-las em favor da população. O contingente da Polícia Militar do Paraná é hoje menor que há trinta anos – criticou.

No entendimento do parlamentar, o grupo Águia foi extinto em virtude de denúncias feitas na CPI da Terra. O grupo teria sido acusado de estar realizando serviços de segurança particular, utilizando o aparato do Estado.

Osmar citou diversos assaltos ocorridos nos últimos dias em seu estado e destacou a situação da cidade de Londrina, com índices de criminalidade muito acima da média nacional.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), em aparte, também criticou as desativações das estruturas policiais no estado do Paraná.

"Executivo legisla em excesso por via atípica", afirma Renan no STJ

■ Homenageado pelo STJ, presidente do Senado diz que Legislativo trabalha para aprimorar leis

O presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu um novo rito de tramitação para as medidas provisórias, afirmando que, como ocorre atualmente, o Executivo acaba legislando em excesso "por via atípica", o que acaba causando uma "inusitada e condenável abstinência legislativa nas Casas do Congresso". A afirmação foi feita ontem, durante solenidade no Superior Tribunal de



HARMONIA Renan, ao lado de Edson Vidigal e Flávio Giron, agradece homenagem

Justiça (STJ), onde foi homenageado.

Ao agradecer a celebração, Renan disse que a tarefa própria do Legislativo e do Judiciário é dar maior relevância para um país com "fome de justiça".

– Uma justiça que faça nascer

o sol radiante, iluminando o que Ulysses Guimarães denominou "a noite dos desgraçados", em seu emocionante discurso de promulgação da vigente Carta Magna – afirmou.

Para ele, o Legislativo vem trabalhando para aprimorar

um ordenamento jurídico mais democrático. Dessa forma, observou, se resgatará ao Estado seu espírito de proteger os mais fracos contra a tirania dos mais fortes, de preservar a liberdade de todos e de cada um.

Ao saudar Renan, o presidente do STJ, Edson Vidigal, enfatizou o princípio constitucional de que os Poderes devem trabalhar independentes, mas conservando o princípio da harmonia entre si.

O ministro José Delgado, que discursou em nome do STJ, ressaltou que a visita de Renan era um fato histórico, visto ser a primeira vez que um presidente do Senado comparece oficialmente ao tribunal.

Agenda

Congresso cria CPI da Emigração Ilegal

O Congresso promove sessão solene conjunta às 11h para promulgar a emenda constitucional que retira dos bens da União as ilhas costeiras que sediam municípios. Na ocasião, será lido o requerimento que cria a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal de Brasileiros. Às 14h, o Plenário retoma a discussão do projeto que reajusta em 10% as tabelas do Imposto de Renda Pessoa Física.

Ministro discute política industrial

O ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, participa da reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), às 10h. Ele fala sobre os efeitos regionais da política industrial do governo. No mesmo horário, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pode votar projeto que dá prioridade às causas judiciais que envolvam portadores de necessidades especiais (PLS 216/04).



Agenda do presidente

O presidente do Senado, Renan Calheiros, discute o fim da verticalização partidária, às 10h, e participa da criação de Comitê pelo Desarmamento, às 15h. Às 12h, recebe o comandante da Marinha e, às 18h, o ministro dos Negócios de Portugal.

Novos embaixadores

Às 10h, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) reúne-se para votar, entre outros, indicações de diplomatas para a chefia de embaixadas brasileiras. No mesmo horário, será instalada a Subcomissão Permanente do Idoso.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



RISCO Para Romeu Tuma, as leis perderam o caráter punitivo e não intimidam mais os malfeitores

Romeu Tuma pede reforma das leis penais

A violência alarmante no país preocupa o senador Romeu Tuma (PFL-SP), que conclamou os congressistas a trabalhar na reforma das leis penais.

– Hoje as penas perderam o caráter punitivo e não intimidam os malfeitores. O resultado mede-se pelas vidas ceifadas, patrimônios destruídos, clima de guerra insuflado em grandes cidades e desmoralização da segurança pública – disse.

Ele lembrou que, em dezembro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva concedeu indulto condicional e comutação (atenuação de penas) a condenados por vários crimes.

– Isso alcança o roubo, delito que não raro se desdobra em seqüestro e latrocínio – completou Tuma, afirmando que desde 1995 os presidentes invocam a Constituição para conceder tal benefício, o que gera, segundo ele, sentimento de impunidade.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Flávio de Mattos

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



RIGOR Magno Malta defende penas duras para os traficantes e imposição de limites aos usuários

Malta quer ampliar combate ao crime

Magno Malta (PL-ES) reassumiu a cadeira no Senado Federal garantindo que continuará sua luta visando reduzir a violência no país. O parlamentar denunciou que o Brasil vive hoje um estado de exceção, com a violência ditando as regras na sociedade.

O senador capixaba disse que vai enviar convites ao Ministério Público, à Polícia Civil e à Polícia Federal para debater um texto comum para a lei de combate ao crime organizado.

– A política antidrogas do Brasil tem que prever penas fortes para os traficantes, mas também tem de impor limites aos usuários e dependentes. Quando protegemos os usuários, estamos também protegendo o tráfico de drogas – argumentou.

A posição do Conselho de Administração de Defesa Econômica (Cade), que rejeita a compra da fábrica de Chocolates Garoto, do Espírito Santo, pela Nestlé, voltou a ser criticada por Magno Malta.

Maciel homenageia Fernando Freyre

O senador Marco Maciel (PFL-PE) solicitou voto de pesar pelo falecimento de Fernando de Mello Freyre, filho do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre e que presidiu, por 32 anos, a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). Fernando, que também comandava a Fundação Gilberto Freyre, morreu no dia 29 de abril, aos 61 anos, vítima de enfarto fulminante.

– Rui dizia que a morte não separa, aproxima. Ao perder um amigo, pranteamos sua morte, mas também temos condição de reconhecer seu valor e a obra que deixou.

Marco Maciel lamentou que Fernando Freyre, a quem coube a tarefa de zelar pela obra do pai, não tenha tido condições de prestigiar o lançamento da 50ª edição do livro *Casa Grande & Senzala*.

Ele solicitou à Mesa do Senado o envio de condolências à viúva, Sônia de Mello Freyre; ao presidente da Fundaj, Fernando Lyra; e ao governador Jarbas Vasconcelos. Maciel foi apertado por Sérgio Guerra (PSDB-PE), José Jorge (PFL-PE), Heráclito Fortes (PFL-PI) e Mão Santa (PMDB-PI).

Comissão estuda novas propostas para a Justiça

■ Colegiado deverá apresentar, em 180 dias, projetos para agilização e ampliação do acesso à Justiça

A comissão especial mista que vai estudar a regulamentação da reforma do Judiciário deve votar na próxima quarta-feira o roteiro de trabalho e o cronograma de atividades, cujas propostas foram apresentadas ontem pelo relator, senador José Jorge (PFL-PE).

Deverão integrar o roteiro de trabalho cerca de 23 projetos que fazem parte do denominado “Pacto de Estado em favor de um Poder Judiciário mais rápido e republicano”, celebrado ano passado por representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Presidida pelo deputado



INICIATIVA Relator José Jorge apresenta à comissão mista especial propostas para o roteiro de trabalho, que deverá ser votado na próxima quarta-feira

José Eduardo Cardozo, o colegiado deve elaborar, em 180 dias, os projetos de lei necessários à regulamentação das matérias tratadas na Emenda Constitucional 45, no que se refere à ampliação e celeridade do acesso do cidadão à Justiça.

O roteiro deve incluir audiências públicas com magistrados e juristas, presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores, procurador-geral da República, secretário da reforma do Judiciário e representante da Ordem dos Advogados do Brasil.



PRECAUÇÃO Ana Júlia alerta para o risco de novas mortes na região onde foi assassinada Dorothy Stang

Ana Júlia pede manutenção de tropa no Pará

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) anunciou, em Plenário, o envio de requerimento ao vice-presidente da República e ministro da Defesa, José Alencar, solicitando a manutenção de tropa do Exército na cidade de Anapu, no Pará. Ela explicou que isso é necessário para evitar “maior violência na região”. O Exército foi enviado ao estado após o assassinato da freira Dorothy Stang.

– O Exército não pode se retirar da região, sob pena de ocorrerem mais mortes. Infelizmente, a polícia do estado parece mais preocupada em investigar e prender as testemunhas, os trabalhadores, em vez de grileiros, que são os verdadeiros financiadores da violência e do crime.

Requerimento é aprovado em comissão

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem requerimento da senadora Ana Júlia Carepa, que solicita ao ministro da Defesa, José Alencar, e ao ministro da Justiça, Márcio Tomaz Bastos, a permanência de tropas do Exército e da Polícia Federal (PF) na região de Anapu (PA). Ela argumenta que grileiros e madeireiros estão anunciando um combate radical aos projetos de desenvolvimento sustentável defendidos pela missionária assassinada Dorothy Stang.

– Peço o apoio dessa comissão a fim de que o Exército não se retire da região, dada a audácia dos autores da violência, que não têm o menor pudor de dizer publicamente, na imprensa, que estão dispostos a matar para manter as suas posses, mesmo que sejam ilegais e griladas.

Outro requerimento aprovado na reunião, de autoria do senador Delcídio Amaral (PT-MS), solicita audiência pública com o objetivo de debater os critérios adotados por frigoríficos suspeitos de cartelização na definição de preços da arroba de carne bovina.



DENÚNCIA Eduardo afirma que órgão pretende substituir sem-terra por agricultores selecionados

Eduardo aponta arbitrariedade do Incra no Tocantins

Com documentos em mãos, enviados por sindicatos de trabalhadores rurais do Tocantins, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) denunciou que o Incra no estado vem intimidando assentados em projetos de reforma agrária há mais de dez anos para que saiam das terras em 15 dias, de modo a substituí-los por agricultores selecionados pelo órgão. Ele disse que estão sob ameaça cerca de 600 famílias nos municípios de Piraquê, Carmolândia e Marianópolis.

– Os fiscais do Incra, acompanhados de agentes federais, estão ameaçando os assentados, o que pode gerar conflito e morte no estado, que tem maior número de assentamentos e mais problemas nessas áreas por falta de estradas e de infra-estrutura.

José Jorge é novo líder da Minoria

Ao assumir a liderança da Minoria (Bloco PSDB/PFL), em substituição ao senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), José Jorge (PFL-PE) enumerou seis pontos que vão pautar sua atuação no cargo. Uma das propostas é elaboração de uma cartilha com promessas do então candidato à Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva e não cumpridas até agora em seu governo.

– Temos de entender que eleição é um compromisso; se as promessas não são cumpridas, o que acontece é decepção. Cobrar o cumprimento das promessas é fundamental para valorizar a democracia – afirmou.

Outras ações anunciadas por José Jorge são fiscalizar o uso de recursos públicos e combater o aparelhamento do Estado; aperfeiçoar os projetos oriundos do Executivo; lutar para a retomada das prerrogativas da Minoria, como a criação de CPIs; e promover a integração com os demais líderes da Casa, a fim de garantir vitórias em votações.

Ao se despedir da liderança da Minoria, Sérgio Guerra opinou que o PT faltou com seu compromisso político e “mudou de rota” ao assumir o governo.

CPI quer nova prisão de acusado por chacina

A CPI da Terra, presidida pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR), recomendará à Comarca de Jequitinhonha, em Minas Gerais, nova prisão preventiva de quatro suspeitos da chacina de cinco trabalhadores rurais sem terra em Felisburgo (MG), entre eles o fazendeiro Adriano Chafik. Apesar de convocado, ele não compareceu para depor na audiência que a comissão realizou ontem em Felisburgo.

Em novembro do ano passado, os cinco agricultores foram mortos no acampamento Terra Prometida, assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) localizado em uma área disputada com Chafik. Acusado de ser o mandante do crime, ele foi uma das três pessoas presas na época. O fazendeiro está solto graças a *habeas corpus* concedido na semana passada.

Para o deputado estadual Durval Ângelo, presidente da Comissão de Direitos Humanos de Minas Gerais, a violência na região é consequência da concentração fundiária existente no Vale do Jequitinhonha, onde estariam localizadas, segundo o deputado, as dez cidades mais pobres do estado.



ADESÕES Suplicy responde a comentário feito por Arthur Virgílio sobre campanha

Suplicy: PT convidou FHC para Diretas Já

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) rebateu comentário feito pelo senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM), em discurso ontem no Plenário, de que o Partido dos Trabalhadores teria demorado para aderir à campanha Diretas Já.

Suplicy disse que foi o PT que, em 1983, convidou o então governador de São Paulo, Franco Montoro, e o então senador Fernando Henrique Cardoso, além de outras lideranças, para participar do primeiro grande comício em prol de eleições diretas, realizado em frente ao Estádio Municipal do Pacaembu.



SUSPEITA Heráclito pede explicações à Secretaria de Comunicação de Governo

Heráclito denuncia censura

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) apresentou requerimento de informações ao ministro da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken, sobre uma possível censura feita pela Radiobrás na *Mídia Impressa*, produto vendido a assinantes com as principais notícias de jornais e revistas. A censura, relatou o senador, foi feita na edição da revista *IstoÉ Dinheiro* de 17 de abril, na reportagem de capa intitulada "A dramática semana de Daniel Dantas".

Ele disse ter tomado conhecimento da censura por meio de um funcionário da própria Radiobrás, durante um voo para São Paulo, há cerca de 15 dias.

"Crescimento de 5,2% é medíocre", diz Jereissati

■ Para senador, aumento da carga tributária restringiu investimento privado e incentivou a informalidade

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse que o crescimento da economia brasileira no ano passado, de 5,2%, foi, na realidade, "medíocre". Para ele, o índice, "apregoadado nos discursos e na propaganda oficial como um feito histórico", refletiu, na verdade, o crescimento nulo do ano anterior e a conjuntura externa extremamente favorável.

Jereissati lembrou que o mundo, em 2004, cresceu 5,1%, enquanto o comércio mundial chegou aos 15%. A média de crescimento dos países emergentes foi de 6%, sendo 5,9% na América Latina. Até a África,

Cristovam prevê crise com Argentina

Nas relações do Brasil com a Argentina não há espaço para arrogância, e a condução malfeita dos atuais atritos econômicos e políticos pode levar a uma crise de graves conseqüências para ambos os lados. O alerta é do senador Cristovam Buarque (PT-DF), que propôs aos Senados dos dois países a abertura de um diálogo direto, com a colaboração das chancelarias brasileira e argentina.

Presidente da Comissão de Rela-



EMBEVECIMENTO Jereissati observa que governo deveria estar mais atento

acentuou, cresceu 4,5%.

– Por quanto tempo persistirá esta onda mundial? Quais as estratégias de desenvolvimento real para quando esta maré passar? São questões a que o governo, embevecido por uma vitória de Pirro, parece não estar atento – disse.

ções Exteriores do Senado Federal, Cristovam Buarque observou que, curiosamente, Brasil e Argentina vêm se revezando entre momentos de crescimento econômico e euforia e de crises e recessão.

"Nossos países se revezam nessa posição como se estivéssemos em uma gangorra. O que desdenhar da situação do outro deve se lembrar que, em breve, a situação poderá se inverter", advertiu o senador do Distrito Federal.

Delcídio elogia comércio com os EUA

Nos três primeiros meses de 2005, comparados aos de 2004, o comércio entre Brasil e Estados Unidos cresceu 20%, informou o líder do PT e do bloco de apoio ao governo, senador Delcídio Amaral (MS), ao rebater críticas à política externa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O senador disse que, nos dois primeiros anos do governo petista, as exportações para os EUA aumentaram 30%, mais que em todo o primeiro mandato de Fer-

Embora considere positivo o superávit primário de 4,25% do produto interno bruto (PIB), Jereissati afirmou ser preocupante que esse superávit se fundamente muito mais no aumento da carga tributária do que na redução dos gastos públicos. Para ele, esse aumento "estrangula a atividade econômica, restringindo o investimento privado e incentivando a informalidade".

Jereissati criticou a redução de 48% dos investimentos públicos nos dois primeiros anos do governo, se comparado com os dois últimos anos do governo anterior.

– A declaração do presidente Lula, atribuindo responsabilidade ao cidadão comum, que, por indolência ou comodismo, aceita as elevadíssimas taxas de juros impostas pelos bancos, é o fecho de ouro dessa lógica absurda – afirmou.



SUGESTÃO Cristovam propõe diálogo direto entre senadores dos dois países



ESTRATÉGIA Delcídio destaca que Brasil também ganha com novos mercados

Ziulkoski explica situação dos municípios a senadores

O presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, falando ontem sobre as dificuldades enfrentadas pelos municípios em audiência pública realizada pela Subcomissão de Assuntos Municipais, ligada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), afirmou que as prefeituras são pressionadas, por um lado, pelas necessidades de

investimentos e pelas imposições constitucionais, que vinculam parcelas do orçamento a certas áreas; e, por outro lado, pela falta de recursos e pela Lei 101/00, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que limita as possibilidades de endividamento dos municípios.

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) concordou, dizendo que o

artigo 35 da LRF engessa as prefeituras, impedindo-as de fazer renegociações de suas dívidas.

Ziulkoski também pediu apoio para o Projeto de Resolução do Senado 57/03, de autoria do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), que autoriza os municípios a contratar instituições financeiras para que efetuem a cobrança da dívida ativa das prefeituras.



COMÉRCIO Ideli anuncia reunião entre empresários e diplomatas chineses

Produção têxtil vai ser discutida

Até meados deste mês será realizada reunião tripartite para discutir a situação da produção têxtil brasileira diante da concorrência cada vez maior, no mercado interno, das empresas chinesas. Vão participar da reunião empresários do setor, representantes da Embaixada da China e membros do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A informação foi transmitida ao Plenário ontem pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que vem atuando juntamente com empresários catarinenses para que o produto brasileiro não perca competitividade. De acordo com a senadora, na pauta da reunião deverá ser analisada, sobretudo, a situação do item confecções.

José Jorge pede nomes para CPI

O senador José Jorge (PFL-PE) sugeriu ontem que o presidente do Senado, Renan Calheiros, se antecipe à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e indique os representantes dos partidos para a CPI dos Bingos, proposta em 2004 pelo senador Magno Malta (PL-ES).

José Jorge comentou o julgamento, iniciado ontem, do mandato de segurança impetrado pela oposição contra a Mesa do Senado, em favor da instalação da CPI. No ano passado, o então presidente da Casa, José Sarney, se recusou a instalar a CPI depois de os partidos governistas terem rejeitado a indicação de seus representantes. Até o momento do pronunciamento de José Jorge, cinco ministros haviam votado a favor da oposição, que precisa de mais um voto para reverter a decisão da Mesa. O julgamento foi suspenso no início da noite, devido a um pedido de vista do ministro Eros Grau.

Cinco anos da Lei de Responsabilidade Fiscal

Os cinco anos de vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foram lembrados ontem, durante sessão no Plenário do Senado. Para os senadores oposicionistas, o governo faz mal uso dos recursos públicos e não cumpre

o que determina a lei. José Agripino (PFL-RN), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) recordaram que o Partido dos Trabalhadores votou contra a criação da LRF. Já Papaléo Paes (PMDB-AP) cobrou

melhor divulgação dos gastos do governo. "É necessário que se leve ao conhecimento da sociedade, de forma clara, como o dinheiro está sendo utilizado", observou. O líder Aloizio Mercadante (PT-SP) rebateu as críticas da

oposição citando números que mostram austeridade do governo na execução do Orçamento. Segundo o senador, o governo Luiz Inácio Lula da Silva vem reduzindo a dívida mobiliária e os gastos com pessoal.

Papaléo



TRANSPARÊNCIA "É preciso informar à população, de forma clara, como o dinheiro é gasto", diz Papaléo

Mais clareza na divulgação dos gastos públicos

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) observou que um dos principais pontos da LRF não vem sendo obedecido: o que obriga o Executivo, a cada quadrimestre, demonstrar o cumprimento de suas metas fiscais. Por esse motivo, o parlamentar propôs ao Tribunal de Contas da União que, em parceria com os tribunais estaduais, procure esclarecer os agentes públicos desse assunto.

– A transparência proporcionada pela lei tem por objetivo permitir à sociedade conhecer e compreender as contas públicas. E quando se diz isso, deve ser entendido que não basta a simples divulgação de dados, como meras informações, mas é necessário também que se leve ao conhecimento da sociedade, em linguagem clara, objetiva e pormenorizada como o dinheiro público está sendo utilizado – afirmou.

Lembrando que a LRF é aplicável a todos os entes da Federação – União, estados, DF e municípios –, Papaléo comentou que o texto trouxe importante mudança institucional e cultural na gestão do dinheiro público. A lei, comentou, garante o exercício pleno da cidadania, no que diz respeito à participação do contribuinte no processo de acompanhamento da aplicação dos recursos públicos e na avaliação de seus resultados.

Agripino



DANO Para Agripino, governo federal faz gastos desnecessários, ao contrário dos estados e municípios

União gasta mal e não cumpre o que determina a LRF

Enquanto estados e municípios vêm se esforçando para cumprir o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, o mesmo não acontece com a União. A opinião é do senador José Agripino (PFL-RN), que criticou a má qualidade dos gastos do governo federal e recordou que parlamentares do PT haviam votado contra a criação da LRF.

Para dar um exemplo do que seria um tipo de "gasto desnecessário", o senador citou reportagem do jornal *Correio Braziliense*, segundo a qual o Ministério da Cultura teria gasto R\$ 9 milhões em reforma e decoração de instalações.

– É como a Fundação Nacional de Saúde, que gasta mais com passagens e diárias que com medicamentos para salvar índios e crianças – disse.

O parlamentar lembrou que a matéria que regulamentaria os gastos da União no âmbito da LRF "está parada na Comissão de Assuntos Econômicos, a CAE, desde fevereiro de 2003".

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou que votou contra a LRF e argumentou que a lei visa à garantia do pagamento dos juros da dívida brasileira.

Também fizeram apertes, criticando o governo, os senadores Almeida Lima (PSDB-SE), Jefferson Péres (PDT-AM) e Sérgio Guerra (PSDB-PE).

Arthur Virgílio



AVANÇO Para Virgílio, a criação da LRF foi um "passo ousado" no sentido do controle de gastos do Estado

PT deve pedir desculpas por ter votado contra a lei

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), disse ontem que o governo Luiz Inácio Lula da Silva desrespeita a Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada há cinco anos, no governo Fernando Henrique. De acordo com o parlamentar, por ter votado contra a lei, o PT hoje não cuida do seu cumprimento, o que estaria demonstrado na proteção a atos ilegais cometidos durante a gestão de Martha Suplicy na prefeitura de São Paulo. O senador afirmou ainda que o PT votou contra a LRF por entender que ela não servia a projetos sociais de uma "esquerda atrasada", e que devia pedir desculpas à nação por causa disso.

Para o senador, a LRF foi um "passo ousado", o primeiro registro de um arcabouço destinado a normatizar o princípio de austeridade nos gastos do Estado. Em outros países, observou, esse princípio é respeitado, mas não expresso em lei.

Virgílio também disse, em resposta a Aloizio Mercadante, que a "oposição insensata" feita pelo PT durante o governo Fernando Henrique Cardoso impediu que tivéssemos hoje "um país melhor, mais justo".

Em apertes, os senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA) apoiaram o discurso de Arthur Virgílio.

Mercadante



SERIEDADE Mercadante afirma que a situação atual é melhor do que a verificada no governo anterior

Governo Lula melhorou gestão dos recursos

O líder do PT, senador Aloizio Mercadante (SP), afirmou que o governo Lula vem se pautando pela seriedade na execução orçamentária, um pré-requisito importante para se alcançar a sustentabilidade do crescimento econômico. Nesse sentido, o líder procurou desmontar, com números, as críticas da oposição, que debitaram ao governo a responsabilidade pelo aumento dos gastos públicos do país.

Para Mercadante, em todas as comparações, o governo Lula, em termos de desempenho, se apresenta melhor que a administração Fernando Henrique Cardoso. Ele disse, por exemplo, que Fernando Henrique assumiu o governo com uma dívida mobiliária de R\$ 61,8 bilhões (17,7% do PIB) e a elevou, em 2002, a R\$ 623,20 bilhões (46,3% do PIB).

Também não procede, segundo o líder, a crítica de que o governo "gasta muito e mal". Os gastos com pessoal no último ano do governo FHC, observou, teriam sido de R\$ 94,9 bilhões, enquanto em 2004, no período Lula, esse dispêndio teria decido a R\$ 92,5 bilhões, mesmo dando suporte à recuperação salarial de algumas categorias.

Mercadante informou ainda que no governo Lula não houve aumento de carga tributária, devendo ficar em 2005 em torno de 16% do PIB.

ACM



CRÍTICA ACM: "O líder do PT se esqueceu de dizer que ele e seu partido falaram contra a LRF"

"Líder governista é simpático, mas não convence"

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) contestou pronunciamento do líder do governo, senador Aloizio Mercadante, que apresentou resultados positivos do governo, dizendo que os números mostrados por ele precisam ser examinados porque não correspondem à verdade.

– O líder do governo é simpático, mas não é convincente e se esqueceu de dizer em seu discurso que ele e seu partido falaram contra a Lei da Responsabilidade Fiscal – assinalou Antonio Carlos, lembrando que era presidente do Senado na ocasião e acompanhou a votação.

Antonio Carlos assinalou que é falsa a afirmação de que foram criados mais de 2 milhões de empregos no governo Luiz Inácio Lula da Silva, assim como também são falsos os dados relativos ao combate à pobreza e ao aumento de investimentos. O senador observou que os recursos oriundos do Fundo de Combate à Pobreza não estão sendo destinados a esse fim, e disse que parte dos recursos foi doada a um encontro gay.

– Procure nas capitais e no interior para ver se alguém melhorou de vida – afirmou Antonio Carlos, acrescentando que houve aumento da concentração de renda durante o atual governo.

Instalada comissão de reforma do regimento

■ Colegiado apresentará, em 60 dias, proposta para atualizar norma que rege trabalhos do Senado

O Senado instalou ontem a Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno e elegeu para presidente e vice-presidente, respectivamente, os senadores Marco Maciel (PFL-PE) e Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO). O relator será o senador Tião Viana (PT-AC),

autor do requerimento para criação do colegiado.

Composta por seis membros, sendo cinco indicados pelos partidos e um pela Mesa diretora, a comissão terá 60 dias para analisar os 138 projetos de resolução com propostas de alteração do Regimento Interno que tramitam no Senado e apresentar um único substitutivo, consolidando todas as matérias. De acordo com o relator Tião Viana, o colegiado tem a responsabilidade de atualizar o Parlamento em relação às inovações do século

21 e proteger a representação político-partidária do Senado Federal para que os espaços do poder fiquem mais bem representados.

– Temos que romper com as dificuldades que não puderam ser rompidas em outras tentativas de reforma do regimento. Hoje, o momento é outro, a realidade é outra. A crise que vive o Parlamento brasileiro exige a resposta que estamos dando com essa comissão – afirmou Tião Viana, para quem o caminho, nesse momento, “será o de ouvir muito e sintetizar o pen-

samento dos parlamentares”.

Atualização

Ao lembrar que a última atualização do Regimento Interno foi realizada ainda na época da Constituinte, em 1988, o senador Marco Maciel também destacou que os tempos mudaram nesses últimos 16 anos e que, por essa razão, o regimento precisa ser atualizado e adaptado.

– É uma tarefa complexa porque o Regimento Interno é a lei que rege a conduta no Senado, no Plenário e nas comissões da Casa, para atender à demanda

da sociedade. Mas ele precisa ser adaptado aos novos tempos, para atender à demanda do Senado e dar transparência e agilidade a nossa atividade. Isso vai exigir muito de todos – afirmou.

Os demais membros da comissão são os senadores Augusto Botelho (PDT-RR), Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Papaléo Paes (PMDB-AP). Além dos integrantes do colegiado, estavam presentes na solenidade de instalação os senadores Fernando Bezerra (PTB-RN) e Osmar Dias (PDT-PR).



SUGESTÃO Proposta de regulamentação do lobby foi destacada por Renan (à esquerda, ao lado do secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro), em conversa com Tião Viana e Marco Maciel

Mudanças devem dar maior transparência e agilidade à Casa

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem, durante a solenidade de instalação da Comissão de Reforma do Regimento Interno da Casa, que o atual regimento é “prolixo, confuso e não confere aos trabalhos do Senado a agilidade necessária que deveriam ter”. O parlamentar destacou seis pontos que, avalia, precisam ser alterados ou incluídos na reforma, entre eles a regulamentação do lobby.

– É preciso que o Regimento Interno dê maior visibilidade ao lobby, para que esse instrumento se torne claro e saia da clandestinidade. É necessário que as pessoas saibam que existe transparência para decidir as questões do Senado – destacou.

Ao concordar com Renan, o

senador Marco Maciel lembrou que o lobby já é regulamentado em vários países, pois é um instrumento típico das sociedades democráticas e abertas, mas, em sua opinião, é preciso também que haja uma lei federal sobre o assunto.

– Regular o lobby no regimento só resolve a questão em nível interno, no Senado. Em nível nacional, para que os profissionais possam prestar conta dos seus atos, é preciso uma lei federal, aprovada pelo Senado e pela Câmara – explicou Maciel ao observar que “governar é administrar pressões”.

Renan declarou que a reforma do Regimento Interno é fundamental e exige uma grande negociação para que todos os partidos possam participar desse trabalho. Para

ele, a atualização das regras de conduta do Senado é apenas o primeiro passo de um processo cujo desfecho será a reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Propostas

Entre as sugestões apresentadas para a comissão, Renan Calheiros destacou que é preciso fazer com que as matérias menos complexas, “que entopem a pauta do Plenário”, como os requerimentos, possam ter um encaminhamento diferente dos demais projetos, para simplificar o processo.

O presidente do Senado também sugeriu a exigência de um quórum menor para a segunda chamada de votação em Plenário, como já ocorre em outros países. Ele lembrou que, na França, o quórum na segunda

chamada é de 35%, mas que, no Brasil, é sempre de maioria absoluta, inviabilizando algumas votações.

A permissão para que as comissões possam convocar pessoas com cargos abaixo do de ministro também poderia ser incluída nas novas regras, já que essa possibilidade, como lembrou, não é prevista hoje pela Casa.

Fidelidade partidária

Renan Calheiros também afirmou que a fidelidade partidária deve ser fortalecida na reforma do Regimento Interno. Ele sugeriu que a troca de partidos não seja considerada no cálculo do número de parlamentares, a cada ano. Na opinião de Renan, deve-se tomar como base o tamanho da bancada na época da eleição.

– Fortalecer a instituição da fidelidade partidária é fortalecer os partidos políticos. Hoje, eles são um albergue de conveniência – disse o presidente do Senado.

Já em relação às medidas provisórias, Renan Calheiros considera que, se o Senado modificar o rito de tramitação, automaticamente o Regimento Interno deverá ser adaptado, o que deverá ocorrer também com o regimento da Câmara dos Deputados.

– Mas o Regimento Interno deverá ser modificado mesmo se não avançarmos nas negociações externas, porque é preciso retirar a eficácia de uma MP que não atenda aos requisitos de urgência e relevância e transformá-la em um projeto de lei comum – adiantou.

Código pode ter artigo revogado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem projeto de lei do senador José Sarney (PMDB-AP) revogando artigo do Código Civil que proíbe a cobrança de laudêmio (pagamento ou prestação) sobre o valor de construções e plantações, em terreno doado em sistema de enfiteuse. O regime de enfiteuse ou aforamento se dá quando o proprietário de um imóvel atribui a outro o domínio útil do bem, recebendo, em troca, uma prestação anual, ou laudêmio.

O relator do projeto (250/04), senador Demostenes Torres (PFL-GO), entende que, como o Código Civil de 2002 não revogou o sistema de enfiteuse, que data de 1916, não pode proibir que o dono do bem receba pagamento relativo ao terreno. O projeto foi aprovado em decisão terminativa, que dispensa a votação em Plenário.

Aceito pedido de esclarecimentos

Requerimento de informações de autoria do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) sobre a atuação do Banco Central (BC) no processo de liquidação do Banco Santos foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ele endereçou o requerimento ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, mas o relator, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), considerou mais apropriado enviá-lo ao presidente do BC, Henrique Meirelles.

Arthur Virgílio pede informações sobre os procedimentos do Banco Central antes da intervenção e sobre os relatórios de suas diretorias acerca da situação patrimonial prévia do Banco Santos.

Comissão vai rever moradia popular

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania voltará a discutir o projeto de iniciativa popular sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e que cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

O pedido de vista do projeto (PLC 36/04), solicitado pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), visa avaliar a constitucionalidade da matéria, pois, segundo o senador Jefferson Péres (PDT-AM), a criação de órgãos é privativa do Poder Executivo.

— É um projeto importante porque atende a uma necessidade básica da população e porque é de iniciativa popular — observou Ideli Salvatti.

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) observou que 30% das mulheres brasileiras são chefes de família que não recebem nenhum tipo de complementação da renda, e o projeto favorece essas famílias.

Plebiscito pode decidir sobre aborto e união gay

Projeto do senador Gerson Camata prevê consulta popular para essas duas questões polêmicas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em reunião ontem, adiou a votação do projeto de decreto legislativo (PDS 1.494/04), do senador Gerson Camata (PMDB-ES), que convoca plebiscito sobre o fim do voto obrigatório e sobre o financiamento público de campanhas eleitorais, entre outros temas. Para resolver divergências entre seus membros, a CCJ concedeu pedido de vista coletivo do projeto.

Com apoio do relator Jefferson Péres (PDT-AM), o senador Gerson Camata anunciou a apresentação de novo projeto

Corte de serviço público agora exige aviso prévio

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em decisão terminativa, substitutivo de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) a projeto (PLS 62/03) do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) que visa impedir que concessionárias e permissionárias de serviços públicos interrompam a prestação de bens ou serviços sem aviso prévio ao consumidor e que cobrem na conta mensal diferenças de contas anteriores e já pagas.

O substitutivo acolheu su-

Senadores pretendem limitar audiências

Por sugestão do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), haverá um esforço dos integrantes da comissão para evitar, ao máximo, a solicitação de audiências públicas naquela comissão. Segundo ele, há interesses partidários querendo evitar determinadas votações e, por isso, usa-se o recurso das audiências públicas com a finalidade de adiar o exame e aprovação de projetos.

Antonio Carlos propôs ainda que as audiências públicas ocorram em sessões extraordinárias da CCJ, em dia e horário diferentes das sessões



DEMOCRACIA Para Camata, se o Congresso não resolveu as questões, é preciso ouvir a população

sobre plebiscito exclusivo para questões civis — união civil entre pessoas do mesmo gênero, legalização do aborto, redução da maioria penal e fim do serviço militar obrigatório.

O projeto original de Camata incluía no plebiscito até o desarmamento, que consta de projeto de decreto legislativo,



PROTEÇÃO Sérgio Cabral diz que objetivo do projeto é defender os consumidores adimplentes

gestões do voto em separado do senador Fernando Bezerra (PTB-RN). Entre elas, consta a obrigação de avisar o consumidor que deixou de pagar a conta, com 15 dias de antecedência, sobre a interrupção do serviço. A proposta define ainda que a cobrança de valores de contas passadas venha em documento específico.

Sérgio Cabral afirmou que o objetivo do projeto é defender os consumidores adimplentes, para evitar que eles recebam contas abusivas.

ordinárias das manhãs das quartas-feiras — período que ficaria reservado para votação das proposições da pauta.

Como presidente da comissão, o parlamentar sugeriu que os convidados que não comparecerem às reuniões da comissão não sejam chamados novamente, pois entende que um novo convite representaria uma desmoralização. Ele disse ainda que muitas das audiências públicas são “dispensáveis” porque o Senado dispõe de um corpo consultivo da melhor qualidade.

Conselho

Antonio Carlos pediu urgência aos integrantes da comissão

de autoria do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), já aprovado pelo Senado e atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados.

O substitutivo do senador Jefferson Péres prevê a consulta aos habitantes do estado do Rio de Janeiro sobre a recriação do estado da Guanabara. Já os temas políticos do substitutivo tratam da adoção do financiamento público das campanhas eleitorais, voto eleitoral facultativo e reeleição de chefes do Poder Executivo.

— Se o Congresso Nacional não decidiu sobre essas questões, vamos ouvir a população para que ela decida — declarou Gerson Camata.



APELO Tourinho conclama Senado a dar “tratamento prioritário” à reforma da Previdência Social

Tourinho pede votação da PEC Paralela

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) solicitou, em Plenário, que a chamada PEC Paralela da Previdência Social, modificada na Câmara dos Deputados, seja votada e promulgada antes do recesso do Congresso Nacional — que, de acordo com a Constituição, ocorre em julho. Ele lembrou que a PEC foi produto de acordo feito em 2004 envolvendo senadores, ministros e o presidente da República, para que a reforma da Previdência fosse aprovada, o que, “infelizmente”, não aconteceu.

— A Câmara dos Deputados não deu a agilidade necessária à tramitação da matéria — lamentou o senador.

Indicado relator da PEC Paralela na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Tourinho conclamou o Senado a dar “tratamento prioritário” ao assunto, tendo em vista suas implicações diretas “na vida de milhares de servidores públicos”.

Arthur Virgílio quer informações sobre presídios

Em questão de ordem formulada na sessão de ontem, o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), apresentou requerimento de informações encaminhado ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, sobre a construção de presídios de segurança máxima.

De acordo com Arthur Virgílio, o ministro, em audiência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, apresentou um cronograma para a construção de presídios desse tipo pelo governo federal. Mas o senador amazonense afirmou que o prazo estipulado pelo ministro da Justiça já foi ultrapassado em uma vez e meia e nenhuma obra foi iniciada.

Especialistas criticam reforma universitária

■ Eleições diretas para reitor e sistema de cotas foram os principais pontos de discordância

A proposta de reforma do ensino superior foi criticada ontem por especialistas ouvidos pela Comissão de Educação (CE). Herch Moysés Nussenzveig, membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC), e Éfrem de Aguiar Maranhão, da Academia Brasileira de Educação (ABE), discordaram de vários pontos contidos no projeto, entre os quais as eleições diretas para reitor e as cotas para negros.

Os convidados falaram em mais uma da série de audiências destinadas ao debate do projeto que vem sendo preparado pelo Ministério da Educação (MEC). Nussenzveig defendeu propostas que, segundo ele, promovam a inclusão social com qualidade. Ele des-

tacou que o principal gargalo para o acesso às universidades está nas deficiências dos ensinamentos fundamental e médio. “A desigualdade social é o maior problema”, frisou.

No lugar de cotas raciais com percentual fixo de vagas, Nussenzveig sugere outras linhas de ações afirmativas, como a ampliação de cursos noturnos, concessão de auxílio para formação de professores de níveis fundamental e médio e a criação de cursos pré-vestibular para alunos desfavorecidos.

– De todas as medidas, a mais importante é a melhoria do ensino público, tanto fundamental como médio – enfatizou.

Ameaça

A respeito da escolha dos reitores, Nussenzveig afirmou que a eleição direta é uma ameaça às instituições de ensino superior. Para ele, a medida fomenta o corporativismo e constitui prática sem paralelo em qualquer outro país. O especialista sugeriu a manutenção da legislação atual, que

prevê maior peso para o voto dos professores.

Nussenzveig concorda com a abertura da universidade pública para a sociedade, prevista na proposta. Mas ele ressalta que, nesse sentido, a principal contribuição deve ser para a formação de pessoal qualificado e desenvolvimento da pesquisa.

Para Éfrem Maranhão, da ABE, a proposta do MEC muda o ensino superior para situação “pior”. Segundo ele, a educação deve ser vista como política de Estado, e não de governo, o que exige pensar medidas a longo prazo. Maranhão sugeriu que sejam levadas em conta as discussões internacionais sobre o assunto, uma vez que a “academia não tem fronteiras”. Na opinião do especialista, propor eleições diretas para reitor é uma “atitude populista” que fere a autonomia universitária e vai contra a meritocracia.

– Reitor tem que ser escolhido por competência, assim como pilotos de avião – disse.



APOIO Por carta-ofício, Tião Viana intercedeu junto a ministros em favor dos servidores em greve

Tião Viana defende plano de carreira para área da cultura

O senador Tião Viana (PT-AC) manifestou solidariedade aos servidores federais da área da cultura que estão em greve, em razão do não-cumprimento de acordo estabelecido no fim do ano passado com o Ministério do Planejamento, que criaria o plano de carreira da categoria.

Tião Viana referiu-se especificamente aos servidores da Biblioteca Nacional, da Fundação Nacional de Artes (Funarte), da Fundação Cultural Palmares,

do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), da Fundação Casa de Rui Barbosa e do próprio Ministério da Cultura.

O senador leu em Plenário o ofício-carta que está enviando ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, ao ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e ao ministro da Cultura, Gilberto Gil, solicitando solução definitiva para o problema.

Pelo acordo que deixou de ser cumprido, o Ministério da Fazenda se comprometia a enviar o plano de carreira da cultura ao Congresso, para aprovação até março de 2005. Também havia ficado estabelecido que todos os servidores seriam pagos em abril, por meio de tabela emergencial, retroativa a janeiro, a título de antecipação do plano em questão.

– Vejo com muita preocupação o fato de que perdurem em nosso governo a falta de condições de trabalho, a carência de quadros, baixos salários e, sobretudo, a inexistência de planos de carreiras e cargos que viabilizem a gestão dos recursos humanos dessas instituições, as quais imputam singular valor para a sociedade brasileira – afirmou o senador.



IDÉIAS Moisés Nussenzveig, Hélio Costa (C) e Éfrem Maranhão, na audiência para avaliar mudanças no ensino superior

Quase 70% dos cursos são de Humanas

Durante a audiência na Comissão de Educação sobre a reforma do ensino superior, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) se disse surpreso com o dado apresentado pelo representante da Academia Brasileira de Ciências, Moysés Nussenzveig, de que 69% dos cursos das universidades brasileiras são da área de Ciências Humanas. Os cursos de Ciências Agrárias, por exemplo, representam apenas 2% do total.

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) também se surpreendeu com a quantidade

de cursos na área de Humanas e questionou o motivo para tal situação. Nussenzveig explicou que 80% das universidades brasileiras têm fins lucrativos e acabam investindo em cursos mais baratos, que não exigem altos investimentos, como os que necessitam de laboratório.

Tecnologia

O representante da Academia Brasileira de Educação, Éfrem Maranhão, pediu mais investimentos federais em ciência e tecnologia. A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE)

manifestou preocupação ao constatar que os especialistas ouvidos pela comissão estão condenando a proposta de reforma universitária do governo. Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu a importância de serem destinados mais recursos para pesquisa e destacou a necessidade de discussão sobre a reforma. Paulo Paim (PT-RS) lembrou que o resultado final da reforma universitária será consequência do trabalho do Congresso e ressaltou como positivo o governo estar promovendo esse debate.

Serys propõe voto de louvor ao criador do Dia da Mulher

Serys Shessarenko (PT-MT) apresentou, com apoio de Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), requerimento de voto de louvor para o ex-senador paraense João Menezes, autor do projeto que instituiu, há 25 anos, o Dia Nacional da Mulher. A proposta de homenagem às brasileiras, feita durante o regime militar, deve ter exigido do então parlamentar, acredita Serys, “espírito público além das injunções culturais da época”.

– Graças a essa iniciativa, as mulheres de hoje podem, com mais fôlego, reivindicar uma condição de vida mais justa, mais igualitária no Brasil.

Comemorado em 30 de abril, o Dia Nacional da Mulher teve sua criação inspirada em Jerônima Mesquita, uma das



Célio Azevedo

ÂNIMO Para Serys, autor do projeto demonstrou “espírito público” para além das imposições da época

fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Serys lembrou que, quando a instituição surgiu, há pouco mais de 80 anos, uma opressão “inimaginável” recaía sobre as brasileiras, privadas do direito ao voto e confrontadas com dificuldades tremendas para trabalhar fora de casa e cursar uma universidade.

A greve dos trabalhadores em Educação em Mato Grosso também foi comentada pela senadora, que declarou apoio ao movimento.

